

Ana Luisa do Couto Andrade, Consultor Legislativo, lavramos a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Sala das Sessões, João Pessoa 13 de abril de 2015.

Deputado João Gonçalves
- Presidente -



deputado Ricardo Barbosa quanto à sistematização dos trabalhos e também falou sobre escolher as cidades a serem visitadas por amostragem. Falou da preocupação em não extrapolar a competência do Poder Legislativo e se ater aos danos causados ao consumidor durante a condução dos trabalhos. Concordou com o deputado Anísio Maia quanto ao poderio econômico das operadoras de telefonia, mas que se deve ter em mente que o interesse público possui supremacia. Rogou ao deputado Janduhy Carneiro que lhe fornecesse os documentos que já foram formalizados quando da realização da Audiência Pública sobre o tema da telefonia na legislatura passada. Concordou com a realização de reuniões particulares a fim de se preservar as questões estratégicas. Destacou outros pontos de falha na prestação do serviço, que não se limitam à ausência de sinal, tais como: mau atendimento do usuário, demora do atendimento, faturas enviadas com atraso, falta de transparência quanto ao consumo de créditos em linhas pré-pagas etc. Criticou a atuação da ANATEL, que não foca no consumidor, e a falta de atuação do Fistel (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações) e Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações). Por fim, salientou a importância da participação do Ministério Público na CPI, até para que se possibilite, se for o caso, a formalização de um termo de ajustamento de conduta. Em seguida, a deputada Camila Toscano sugeriu a convocação dos Procons estadual e municipal para audiência conjunta, pois ambos têm as mesmas prerrogativas institucionais. O presidente João Gonçalves determinou a realização de reuniões internas entre os membros da CPI e reuniões externas todas as segundas-feiras às quinze horas, marcando a realização de audiência pública para o dia 22 de abril também às quinze horas. Ato contínuo, o deputado João Bosco Carneiro destacou ser necessária a posterior convocação de todos os representantes das empresas de telefonia para audiência pública. Durante a reunião, a deputada Camila Toscano divulgou o e-mail:(cpidatelefoniapb@gmail.com) para que a população possa interagir contando os problemas que enfrenta. Em seguida, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente reunião, marcando outra para próxima quarta-feira. E para constar, Evelin Elena Duarte Limeira, Assessor Técnico Legislativo, e





estado do Ceará, diante da mesma situação, suspendeu a venda de chips telefônicos e, por conseguinte, as empresas regularizaram seus serviços. Comunicou que essa medida foi sugerida ao Ministério Público da Paraíba na legislatura passada e propôs a realização de visitas por região, elegendo-se as cidades polo. Neste momento, o presidente João Gonçalves registrou a presença do deputado Nabor Wanderley. Ato contínuo foi concedida a palavra ao deputado Ricardo Barbosa. O orador explicou que seu entendimento não está em dissonância com os discursos dos demais. Alegou que a palavra-chave para o êxito dos trabalhos da CPI é a "sistematização". Argumentou que a agenda dos parlamentares é corrida e por isso é preciso encontrar um modelo adequado para sistematizar o trabalho investigativo. Espera que os 120 dias de duração da CPI sejam produtivos e com resultados definidos. O presidente, deputado João Gonçalves, sugeriu que se programassem reuniões entre os membros, fora do Plenário, para discutir as estratégias, buscando uma forma consistente de apuração dos fatos. A palavra foi oportunizada ao deputado Janduhy Carneiro, que citou como exemplo a situação em que o consumidor é duplamente penalizado, a saber quando acontece a queda da ligação. Sugeriu que o deputado Relator, João Bosco Carneiro, ouvisse os representantes das operadoras aqui na Casa, mas nas sessões itinerantes fossem ouvidas as insurgências do povo. Ato contínuo, a deputada Camila Toscano sugeriu que fosse feito um intercâmbio com as demais Assembleias dos Estados, já que no último ano 17 CPIs foram instaladas para abordar o tema da telefonia, a fim de que fossem trocadas informações sobre os pontos que foram bem sucedidos. Sugeriu também que as visitas para ouvir a população sejam realizadas em cidades polos. Por fim, concordou com a ideia do deputado João Gonçalves de realizar reuniões particulares entre os membros da Comissão para traçar as estratégias. Em seguida, o presidente recobrou a palavra e informou que existe a possibilidade de se realizar uma sessão na Casa com os presidentes das diversas CPIs que se instituíram nas diversas Assembleias do país. Informou que a CPI elaborou um material de marketing, que sofrerá posterior deliberação. Em seguida, a palavra foi concedida ao Relator, deputado João Bosco Carneiro que concordou com o discurso do



telefonias, o que provoca recorrentes reclamações, e a capacidade técnica e operacional da Assembleia Legislativa para o cumprimento dos direitos dos consumidores. Ato contínuo, o Inácio Falcão expressou preocupação com a prática costumeira das grandes empresas telefônicas de não investir em equipamentos e em infraestrutura, mas financiam renomados escritórios de advocacia para defender seus interesses perante o Poder Judiciário. Disse temer a suspensão do inquérito por decisão da Justiça fundada na ausência de prerrogativa institucional, assim como aconteceu com a Câmara de Campina Grande quando abriu investigação para tratar as denúncias de fraudes e desvios de recursos públicos supostamente efetuados pela Energisa. O próximo parlamentar a usar a palavra, o deputado Anísio Maia, sustentou a relevância da CPI como instrumento do Poder Legislativo para fazer valer os direitos dos consumidores junto às prestadoras de serviços. Testemunhou sofrer problemas constantemente com sua operadora telefônica, pois ao ligar para o seu filho, inúmeras vezes, ouve a mensagem de número inexistente. Disse ser necessário definir estratégias entre os membros desta CPI para mudar essa situação, solicitando o auxílio da assessoria técnica desta Casa. Concordou com o deputado Ricardo Barbosa quanto à visita dos municípios por amostragem e destacou ser o momento de mostrar a vontade do parlamento de defender a população. Em seguida, o deputado João Gonçalves lembrou haver outras CPIs pelo país instituídas para investigar as mesmas irregularidades aqui apontadas e expressou seu pesar pelo falecimento da senhora Tereza Queiroga Sousa, sogra do deputado Janduhy Carneiro, o qual agradeceu o apoio e a solidariedade de seus pares. Acostou-se ao voto de pesar o deputado Renato Gadelha. Ato contínuo, o deputado Janduhy Carneiro ressaltou a boa intenção do presidente com a abertura desta comissão e declarou confiar na relatoria do deputado João Bosco Carneiro, informando ser favorável às medidas punitivas fixadas contra as irregularidades dos serviços telefônicos. O parlamentar comentou que, ano passado, foi realizada audiência pública para tratar das falhas dos serviços telefônicos que resultou em encaminhamentos para aplicação de multas às operadoras, no entanto, essa punição não logrou êxito. Lembrou que o

nº 598/2012 até o final do ano. O presidente João Gonçalves explicou que o primeiro ponto a ser debatido seria o cronograma das reuniões da comissão. Ato contínuo, o Relator João Bosco Carneiro propôs a realização dos encontros desta comissão nos dias das sessões ordinárias e propôs como encaminhamento a convocação dos representantes das empresas de telefonia atuantes na Paraíba, ressaltando a competência desta Casa para tratar das relações de consumo. Com a finalidade de garantir uma investigação robusta e eficaz, disse ser imprescindível convidar: representante da Anatel; membro do Tribunal de Contas da União, órgão fiscalizador da Anatel; membro da Controladoria Geral da União; procurador do Ministério Público Federal e promotor do Ministério Público Estadual, cujas prerrogativas envolvem defender os direitos dos consumidores; representante da Defensoria Pública. Solicitou também a oitiva de membro do Poder Judiciário da Paraíba, para fornecer dados a respeito de reclamações sobre falhas na prestação de serviços telefônicos, e a presença dos Procons municipal e estadual. O relator sugeriu que a comissão trabalhasse de forma itinerante, após estabelecerem o número mínimo de municípios a serem visitados, com o objetivo de subsidiar ações de combate aos atos irregulares praticados contra os consumidores paraibanos. Com a palavra, o deputado Ricardo Barbosa cumprimentou a todos e comentou da utilização frequente de CPIs em outros estados brasileiros, no entanto, questionou a eficácia das decisões tomadas por comissões parlamentares de inquérito formadas em outras legislaturas na Assembleia Legislativa da Paraíba. Observou a impossibilidade de visita a todos os municípios do estado, mesmo que por meio da designação de uma comissão técnica de servidores, e propugnou a utilização do método de amostragem na escolha dos municípios, visto que a falha dos serviços de telefonia é vislumbrada rotineiramente. Opinou que as primeiras reuniões, nas quais serão deliberados os princípios norteadores e as estratégias de atuação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, não fossem televisionadas. O presidente, deputado João Gonçalves, falou que outras comissões desta Casa lograram sucesso, servindo de fonte para processos judiciais. Reiterou a gravidade da insuficiência dos serviços prestados pelas



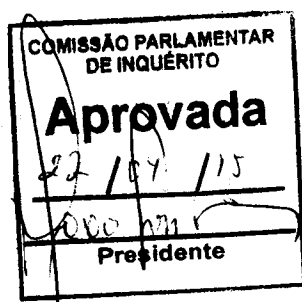
[Handwritten signature]



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa



ATA



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA ATRAVÉS DO ATO DO PRESIDENTE Nº 33, 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2015.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia treze de abril do ano de dois mil e quinze, no Plenário "José Mariz" da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. O senhor presidente deputado João Gonçalves "invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" declarou aberta a presente reunião com o objetivo de adotar cronograma de trabalho relacionado com as medidas administrativas necessárias sobre os fatos a serem apurados e investigados por este órgão colegiado, instituída conforme Ato do Presidente nº: 33/2015, publicado no Diário do Poder Legislativo nº: 6.956 de 09 de abril de 2015. Havendo número regimental, inicialmente, o presidente deputado João Gonçalves, em seguida, anunciou a presença dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - Telefonia Móvel, constituída dos seguintes deputados titulares: Anísio Maia, Camila Toscano, Inácio Falcão, Janduhy Carneiro, João Bosco Carneiro e Ricardo Barbosa. Logo em seguida a Presidência convidou para secretariar os trabalhos a deputada Camila Toscano, a quem requisitou à leitura do expediente em Mesa. Leitura do edital de convocação publicado no Diário do Poder Legislativo nº 6.956, de 09 de abril de 2015; leitura do ofício encaminhado pela Oi Telefonia em que afirma executar integralmente o Decreto nº 7.512/2011 e a Resolução